

UNIP – UNIVERSIDADE PAULISTA
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

NOTA 10

Alice Cabral Daniel
Isadora Barreto Andrade
Raissa Varela Afonso Paiva

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA, EM
CRIANÇAS COM TEA: o impacto na participação social em
ambientes escolares**

São Paulo – *Campus Chácara II*

2025

Alice Cabral Daniel – N708AC7
Isadora Barreto Andrade – G305AJ5
Raissa Varela Afonso Paiva – G28BFJ9

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA, EM
CRIANÇAS COM TEA: o impacto na participação social em
ambientes escolares**

Relatório de Pesquisa apresentado para Plano de Estudos Orientados – PEO, do Curso de Psicologia da Universidade Paulista-UNIP, sob a orientação da Professora Ms Edna A. Mercado.

**São Paulo – *Campus* Chácara II
2025**

Ficha catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

Daniel, Alice

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA - ABA, EM CRIANÇAS
COM TEA: o impacto na participação em ambientes escolares / Alice
Daniel, Isadora Andrade, Raissa Paiva. - 2025.
0049 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto
de Ciência Humanas da Universidade Paulista, São Paulo, 2025.
Área de Concentração: Análise do Comportamento Aplicada.
Orientadora: Prof.^a Me. Edna Mercado.

1. Análise do Comportamento Aplicada. 2. Transtorno do Espectro
Autista. 3. Participação Social. 4. Inclusão Escolar. 5. Psicologia
Educativa. I. Andrade, Isadora. II. Paiva, Raissa. III. Mercado, Edna
(orientadora). IV. Título.

ALICE CABRAL DANIEL – N708AC7
ISADORA BARRETO ANDRADE – G305AJ5
RAISSA VARELA AFONSO PAIVA – G28BFJ9

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA, EM CRIANÇAS COM TEA: o impacto na participação social em ambientes escolares

Relatório de Pesquisa apresentado para Plano de Estudos Orientados – PEO, do Curso de Psicologia da Universidade Paulista-UNIP, sob a orientação da Professora Ms Edna A. Mercado.

O trabalho foi considerado _____ com a nota _____ (_____).

São Paulo, _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Edna Mercado
Universidade Paulista – UNIP
(Orientadora)

Profa. Me. Julia Daher Fink
Universidade Paulista – UNIP

Esp. Ana Claudia Vajda
Universidade de São Paulo – USP

Dedicamos este trabalho às nossas famílias, amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a nossa formação acadêmica e, sobretudo, para a construção da nossa paixão por aquilo que é humano. Agradecemos àqueles que nos sustentaram nos momentos desafiadores e celebraram conosco cada conquista, com palavras de incentivo, conselhos sábios ou simplesmente pelo exemplo de coragem e afeto. A presença de vocês foi essencial para que este percurso fosse possível.

Estendemos, especialmente, esta dedicatória às pessoas autistas com quem tivemos o privilégio de atuar ao longo da nossa caminhada como Acompanhantes Terapêuticas. Foram vocês que transformaram nosso olhar sobre o mundo e nos inspiraram profundamente na escolha deste tema. Este trabalho é também um reflexo do que aprendemos com cada um de vocês — sobre paciência, respeito e escuta verdadeira. Que esta dedicatória seja mais do que um agradecimento: seja um reconhecimento da importância de cada um na nossa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, às nossas famílias, por serem base e refúgio em todos os momentos. Por compreenderem as ausências, acolherem as incertezas e estarem presentes com amor, incentivo e força em cada etapa dessa jornada.

À nossa orientadora, Professora Ms. Edna A. Mercado, por sua escuta atenta, orientações generosas e por confiar em nosso trabalho mesmo nos momentos mais difíceis. Sua sensibilidade e rigor acadêmico foram fundamentais para que este projeto ganhasse forma.

Aos professores que contribuíram para nossa formação e nos inspiraram a construir uma Psicologia comprometida com o outro.

E, especialmente, agradecemos umas às outras — pela parceria, pelo respeito, pelas trocas, pelas ideias que se transformaram em palavras, pelas palavras que nos fizeram continuar, e pela força coletiva que nos trouxe até aqui. Este trabalho não é só um produto final: é um pedaço real da nossa caminhada.

“A função da educação é ajudar a criança a encontrar seu lugar no mundo - e não moldá-la para caber nele.”

Paulo Freire

RESUMO

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA, EM CRIANÇAS COM TEA: o impacto na participação social em ambientes escolares. CABRAL, A.; ANDRADE, I. B.; PAIVA, R. V. A. Orientação de MERCADO, E. A. Curso de Psicologia, Relatório de Pesquisa. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Paulista – UNIP, Chácara II, 2025.

Este estudo aborda a aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como ferramenta de apoio à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. Parte-se da hipótese de que a ABA pode promover melhorias significativas na participação social desses estudantes. O objetivo foi analisar o impacto da ABA na promoção da participação social de crianças com TEA no ambiente escolar. A partir de uma revisão sistemática da literatura entre 2020 e 2024, foram analisados 38 estudos que abordam intervenções comportamentais baseadas em evidências, com foco em crianças de 0 a 6 anos. Os resultados indicaram que a ABA contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas, especialmente quando aplicada de forma personalizada, com apoio de equipes multidisciplinares e em articulação com a escola e a família. A atuação do psicólogo escolar mostrou-se essencial na mediação entre práticas pedagógicas e necessidades individuais, promovendo intervenções mais eficazes e sensíveis à neurodiversidade. Tecnologias assistivas também se destacaram como ferramentas promissoras, embora ainda haja limitações de acesso em contextos públicos. Apesar dos avanços, o estudo identificou lacunas na literatura nacional quanto à aplicação prática da ABA em escolas brasileiras, bem como uma predominância de abordagens tecnicistas que negligenciam aspectos subjetivos e sociais da inclusão. Conclui-se que, embora a hipótese tenha sido confirmada, a efetividade das intervenções está condicionada a políticas públicas inclusivas, capacitação contínua e sensibilidade ética na aplicação dos métodos. A pesquisa reforçou a necessidade de práticas educacionais que respeitem a singularidade da criança com TEA e integrem saúde, educação e família em uma abordagem colaborativa.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Socialização.

ABSTRACT

APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS – ABA IN CHILDREN WITH ASD: the impact on social participation in school environments. CABRAL, A.; ANDRADE, I. B.; PAIVA, R. V. A. Supervised by MERCADO, E. A. Psychology Program, Research Report. Institute of Human Sciences. Paulista University – UNIP, Chácara II, 2025.

This study addresses the application of Applied Behavior Analysis (ABA) as a tool to support the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the school context. It is based on the hypothesis that ABA can promote significant improvements in the social participation of these students. The aim was to analyze the impact of ABA in promoting the social participation of children with ASD in the school environment. From a systematic review of the literature between 2020 and 2024, 38 studies were analyzed that address evidence-based behavioral interventions, focusing on children aged 0 to 6 years. The results indicated that ABA contributes significantly to the development of social, communicative, and academic skills, especially when applied in a personalized way, with the support of multidisciplinary teams and in conjunction with the school and family. The work of the school psychologist proved essential in mediating between pedagogical practices and individual needs, promoting more effective interventions that are sensitive to neurodiversity. Assistive technologies also stood out as promising tools, although access is still limited in public contexts. Despite the advances, the study identified gaps in the national literature regarding the practical application of ABA in Brazilian schools, as well as a predominance of technicist approaches that neglect subjective and social aspects of inclusion. The conclusion is that, although the hypothesis has been.

Keywords: Applied Behavior Analysis. Autism Spectrum Disorder. School inclusion. Socialization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Análise do Comportamento Aplicada
APA	American Psychiatric Association
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAA	Comunicação Aumentativa e Alternativa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
DSM-5	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – 5ª edição
PEI	Plano de Ensino Individualizado
PEO	Plano de Estudos Orientados
PICO	Paciente, Intervenção, Comparação, Desfecho (do inglês: Patient, Intervention, Comparison, Outcome)
PRISMA	Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DÉFICITS DE INTERAÇÃO SOCIAL EM CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA	13
1.1 Apresentação	13
1.2 Tema, problema e levantamento bibliográfico	15
1.3 Objetivos	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.2 Objetivos Específicos	16
1.4 Hipótese	17
1.5 Justificativa	17
2 MÉTODO	19
2.1 Material	19
2.2 Procedimento de coleta de dados	20
2.2.1 Critérios de inclusão	22
2.2.2 Critérios de exclusão	23
2.3 Procedimento de Análise de Dados	23
2.4 Cronograma	24
3 A INFLUÊNCIA DA ABA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO ESCOLAR	25
3.1 A intervenção ABA em ambientes escolares e a sua relação com o desenvolvimento da aprendizagem em crianças com TEA	27
3.2 O papel do psicólogo no acompanhamento educacional de crianças com TEA	30
3.3 O emprego da ABA nos resultados da socialização da criança com TEA ...	33
4 DISCUSSÃO	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS	50
ANEXO 1 - Termo de Autoria do Trabalho Acadêmico de Pesquisa.....	51
ANEXO 2 - Instrumento Prisma de Coleta de dados.....	53
ANEXO 3 - Relatório de Detecção de Plágio.....	55

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que compromete, em diferentes graus, a comunicação, interação social e o comportamento. Cada criança com TEA apresenta um perfil único, com habilidades e dificuldades distintas, o que exige abordagens terapêuticas personalizadas e contínuas.

Um dos principais desafios enfrentados por essas crianças está relacionado à interação social, elemento fundamental para a formação de vínculos, desenvolvimento emocional e a construção de experiências significativas na infância. A dificuldade em compreender expressões faciais, interpretar emoções ou manter diálogos fluidos pode tornar o ambiente escolar um espaço de grande complexidade, onde frequentemente surgem sentimentos de frustração, isolamento e inadequação.

Apesar do crescente número de matrículas de crianças com TEA em escolas regulares, a inclusão ainda é, em muitos casos, simbólica. Estar presente fisicamente na sala de aula não garante a participação ativa nas atividades propostas, nem a construção de relações interpessoais saudáveis.

A ausência de preparo por parte dos professores, a escassez de materiais adaptados e a falta de suporte especializado geram obstáculos para que essas crianças tenham um percurso escolar positivo e produtivo. Além disso, as práticas pedagógicas tradicionais, centradas na homogeneização das condutas e na avaliação padronizada, pouco contemplam a diversidade de ritmos, formas de aprendizagem e modos de ser presentes entre os alunos neurotípicos.

Nesse contexto, a busca por estratégias de intervenção que favoreçam o desenvolvimento global das crianças com TEA torna-se imprescindível. Entre essas estratégias, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), uma abordagem baseada em evidências que visa desenvolver habilidades sociais, cognitivas, comunicacionais e comportamentais por meio de técnicas estruturadas e reforçadoras. A ABA tem sido amplamente utilizada para reduzir comportamentos que dificultam a adaptação, ampliar o repertório social e facilitar a adaptação da criança no ambiente escolar, promovendo sua autonomia e inclusão.

Esta pesquisa propõe-se analisar o impacto da ABA na promoção da participação social de crianças com TEA no ambiente escolar. Parte-se do entendimento de que a verdadeira inclusão vai além do acesso físico às escolas,

exigindo transformações no modo como se compreende, acolhe e educa a diversidade.

A metodologia adotada neste trabalho consistiu em uma revisão de literatura acadêmica. Foram analisados estudos relevantes sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e seus impactos na socialização infantil. Ao discutir esses efeitos, busca-se contribuir para práticas educativas mais sensíveis e eficazes. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças que se beneficiam da ABA.

A estrutura do trabalho é composta por uma contextualização teórica do TEA e das dificuldades de socialização, seguida de uma análise da literatura sobre a eficácia da ABA, seus desafios e possibilidades no contexto educacional. Por fim, serão discutidos os resultados obtidos a partir da revisão sistemática da literatura e as contribuições do psicólogo escolar nesse processo.

1. DÉFICITS DE INTERAÇÃO SOCIAL EM CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA

1.1 Apresentação

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se como uma condição neurobiológica complexa, influenciada por fatores genéticos e ambientais, que impacta diretamente o desenvolvimento cerebral e suas funções (Taylor *et al.*, 2020). De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA manifesta-se através de déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Tais características apresentam-se em um espectro de gravidade variável, requerendo abordagens terapêuticas personalizadas (APA, 2023).

O aumento progressivo no diagnóstico de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos do desenvolvimento nos últimos anos é um fenômeno de considerável importância. Conforme estudo conduzido pela Universidade de São Paulo - USP, estima-se que o Brasil abrigue aproximadamente 2 milhões de indivíduos autistas.

Esses dados sublinham a necessidade premente de investigar e compreender mais profundamente as necessidades e os desafios enfrentados por essa demografia. Dificuldades na comunicação, interação social e compreensão dos resultados de suas ações constituem características recorrentes entre os portadores de TEA.

Destaca-se que estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), apontam que a prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja de aproximadamente 1 em cada 160 crianças globalmente. No Brasil, as projeções indicam que cerca de 2 milhões de pessoas vivam com TEA, representando cerca de 1% da população total (CNS, 2023).

No arcabouço legislativo nacional, destacam-se três importantes normativas que simbolizam a evolução histórica das políticas inclusivas e a consolidação de garantias fundamentais no âmbito educacional, contribuindo simultaneamente para ampliar a visibilidade, o conhecimento público e a sensibilização coletiva acerca do TEA na sociedade brasileira (de Souza Fernandes; Costa, 2023).

Em primeiro plano, destaca-se a promulgação da Lei nº 12.764/2012, denominada popularmente como Lei Berenice Piana, que representa um marco

fundamental ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prevista na Lei nº 12.764, apresenta os direitos da pessoa autista conforme seu artigo terceiro “Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer” (BRASIL, 2012).

Complementarmente, a legislação nº 13.652/2018 assume relevância ao oficializar o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, estabelecendo um momento específico para reflexão e disseminação de informações sobre a condição (BRASIL, 2018). Por fim, a Lei nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo Mion, constitui outro avanço significativo ao implementar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), facilitando a identificação e o acesso a serviços públicos e privados (BRASIL, 2020).

Atualmente, podemos observar, de acordo com dados do Censo de Educação Básica, um aumento estatístico significativo de crianças e adolescentes com TEA matriculados em salas de aula regulares no Brasil, indo de 405.056 em 2022 para 607.144 em 2023, representando um aumento de 50% (Tenente, 2024). No entanto, é perceptível que as instituições escolares ainda estão em processo de aprendizado quanto à inclusão dessas crianças, inclusive no tocante à socialização, as escolas enfrentam desafios consideráveis em suas intervenções (Soares, 2022).

Algumas das barreiras que podem dificultar o alcance dos objetivos dessas intervenções incluem a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados, a escassez de profissionais especializados e os estigmas sociais. Para Baron-Cohen (2004), um dos maiores déficits na interação social de pessoas com TEA, é perceber a intencionalidade do outro, ou seja, não conseguem compreender as emoções e expressões faciais, tornando vagaroso o desenvolvimento da empatia. Assim a criança com TEA ao não gostar de uma determinada situação e não conseguir verbalizar o seu descontentamento, acaba tendo uma crise.

As barreiras encontradas por esses indivíduos são inúmeras, como a falta de empatia, inclusão e investimentos na área. Estes desafios enfatizam a necessidade de um investimento contínuo em pesquisa, educação e políticas públicas voltadas para o TEA, garantindo que todas as crianças tenham acesso a ele.

Dessa forma, investigação sobre a eficácia da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na promoção da participação social de crianças com TEA em ambientes escolares se pauta na necessidade de desenvolver estratégias baseadas em evidências que possam superar as barreiras identificadas (Rice *et al.*, 2022). A literatura especializada ressalta a importância de programas de intervenção específicos como forma de ampliar a participação social dessas crianças, enfatizando a relevância da integração entre terapia e educação (de Souza Fernandes; Costa, 2023).

1.2 Tema, problema e levantamento bibliográfico

Visando retratar a pouca participação social de crianças dentro do espectro autista e a falta de conscientização da sociedade sobre seus direitos legais, pontuamos que esse público não tem muitas oportunidades de serem vistos, ouvidos e valorizados como membros participativos da sociedade. Diariamente, as crianças autistas enfrentam desafios devido à falta de compreensão das suas necessidades específicas, o que pode levá-las ao isolamento social e dificuldades de comunicação. Elas frequentemente lidam com ambientes escolares inadequados, onde a carência de capacitação dos professores e de recursos adaptativos restringe sua plena participação. A sociedade, muitas vezes, não está preparada para compreender o comportamento dessas crianças, resultando em exclusão nas atividades cotidianas. Destacamos, assim, a importância das intervenções psicológicas precoces como uma via potencializadora do desenvolvimento social dessas crianças, além dos treinos de habilidades e atenção que facilitará o processo de novos aprendizados, resultando em uma maior independência e interação social.

Com o intuito de explorar como as intervenções psicológicas influenciam a participação social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, nos deparamos com o cenário atual, em que essas crianças enfrentam desafios significativos para se integrarem plenamente à sociedade e terem seus direitos fundamentais assegurados.

Considerando o quadro apresentado, questionamos: até que ponto as intervenções psicológicas podem contribuir para aumentar a participação social de crianças com TEA, levando em conta os desafios enfrentados na garantia de seus direitos fundamentais?

De acordo com Silva e Mulick (2009), um diagnóstico precoce é crucial para o prognóstico positivo do desenvolvimento de crianças com TEA, enfatizando que iniciar intervenções psicológicas adequadas desde cedo é um elemento-chave. Nesse contexto, Bosa (2006) ressaltou a importância da integração entre terapia e educação no tratamento de crianças com TEA, destacando a colaboração interdisciplinar como fundamental para alcançar resultados favoráveis.

Gomes (2015) explorou os desafios enfrentados pelas crianças com TEA na integração social e na garantia de seus direitos fundamentais, a necessidade de programas de intervenção específicos como forma de ampliar sua participação.

Os estudos trazidos por esses autores, indicam que investir em diagnóstico precoce, intervenções psicológicas adequadas e abordagens interdisciplinares são estratégias cruciais para promover a participação social de crianças com TEA.

Essas medidas têm o potencial de criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, permitindo que todas as crianças brasileiras, independentemente de suas diferenças, possam se desenvolver.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto da intervenção da Análise do Comportamento Aplicada - ABA na participação social de crianças diagnosticadas com TEA, em ambientes escolares.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Examinar os resultados alcançados por estudos empíricos que investigaram o impacto da ABA no desenvolvimento escolar de crianças com TEA;
- Investigar a intervenção ABA em ambientes escolares e a sua relação com o desenvolvimento da aprendizagem em crianças com TEA.
- Identificar fatores moderadores e mediadores que influenciam a eficácia da ABA na promoção da participação social de crianças com TEA;
- Analisar a importância do Acompanhamento Terapêutico em crianças com TEA e como isso impacta a experiência educacional.

1.4 Hipótese

Consideramos que as intervenções psicológicas em crianças com TEA, tem um papel fundamental no seu desenvolvimento social, cognitivo e motor. Observamos que quando não há nenhum tipo de acompanhamento multidisciplinar, as funções cognitivas e motoras se estagnam e em alguns casos essas funções acabam retrocedendo no quesito evolução do paciente, o que pode ser prejudicial no desenvolvimento da autonomia desse indivíduo enquanto criança e futuramente na emancipação do adulto com TEA.

Partimos do pressuposto que, não apenas as crianças dentro do espectro autista precisam de acompanhamento, como também suas famílias, que buscam direcionamento sobre como agir, falar e até mesmo ensinar essa criança com atividades que contribuam para seu desenvolvimento dentro e fora de casa.

Acreditamos que o profissional de Psicologia devidamente instruído, constitui uma figura fundamental para o desempenho do desenvolvimento social das pessoas com TEA, desenvolvendo e generalizando comportamentos que se adequem a sociabilidade, favorecendo a interação social e facilitando a comunicação com o meio social.

1.5 Justificativa

O acesso democrático a intervenções psicológicas adequadas é essencial para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com autismo. A falta desse acesso compromete seus direitos básicos e perpetua desigualdades sociais. Ao direcionarmos os estudos para essa temática buscamos dar visibilidade a esse público e compreender melhor suas necessidades, para contribuir efetivamente com a construção de uma sociedade mais inclusiva.

No âmbito científico, este projeto visa proporcionar informações que contribuam significativamente para a saúde mental e a inserção social das crianças com TEA. Procuramos destacar a eficácia da Análise do Comportamento Aplicada - ABA, essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais em crianças do espectro autista, e mostrar a importância do acesso equitativo a tal intervenção.

Consideramos crucial abordar esse tema, a fim de impactar diretamente o trabalho dos profissionais que lidam com crianças com TEA, fornecendo informações

pertinentes para aprimorar suas práticas e promover uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por essa comunidade em termos de participação social.

2 MÉTODO

Esta pesquisa empregou uma revisão sistemática da literatura, a fim de avaliar e sintetizar rigorosamente as evidências disponíveis sobre o tema investigado (Marconi; Lakatos, 2017). A revisão sistemática apresentada é um método essencial para consolidar o conhecimento existente, identificar lacunas e fornece recomendações baseadas em evidências. Envolveu a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, seguida por uma busca estruturada em bases de dados, aplicando critérios de inclusão e exclusão definidos previamente. Os estudos selecionados passaram por uma avaliação crítica de sua qualidade e relevância para o tema estudado.

Dessa forma, a partir de uma revisão sistemática examinamos as evidências sobre a eficácia das intervenções baseadas na ABA - Análise do Comportamento Aplicada em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando seu impacto na participação social em ambientes escolares. Ao empregarmos a Revisão Sistemática buscamos integrar os achados de múltiplos estudos, garantindo uma visão abrangente e confiável sobre o tema.

Para garantir a imparcialidade, foi realizada uma seleção rigorosa de artigos, assegurando que apenas estudos relevantes fossem incluídos. Os estudos selecionados incluíram ensaios clínicos randomizados, estudos de intervenção e revisões sistemáticas, compondo uma base sólida para avaliar a eficácia da ABA. Para tanto, adotamos o protocolo de pesquisa “*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*” (PRISMA)¹.

2.1 Material

A base de dados escolhida para esta revisão foram a Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Periódicos Capes, que contêm uma vasta gama de estudos sobre psicologia, saúde pública e, especificamente, sobre intervenções ABA e TEA.

¹ Trata-se de uma ferramenta composta de 27 itens de recomendações mínimas (anexo A), que orientam, através de um check-list, o processo de obtenção de dados. Estes critérios, são baseados em evidências que permitem a elaboração e revisão de relatos de revisões sistemáticas e de meta-análises de forma mais adequada, críticas e com menor possibilidade de vieses, garantindo reprodutibilidade e transparência processual. Esta mesma ferramenta prevê a utilização e apresentação de um fluxograma padronizado com raias e piscina que determinam uma função específica ou parte responsável pela execução do processo de seleção e análise dos dados (Page *et al.*, 2021).

2.2 Procedimento de coleta de dados

Para a coleta dos materiais, foi aplicada a estratégia PICO, que é comumente recomendada para revisões sistemáticas de pesquisas clínicas. O termo "PICO" é um acrônimo onde "P" se refere a Paciente/População, "I" à Intervenção/Interesses, "C" à Comparação, e "O" aos Resultados (Outcomes)(Schiavenato; Chu, 2021).

A estratégia PICO é amplamente utilizada na formulação de perguntas de pesquisa em saúde. Santos (2007) ao falar dessa estratégia, destaca a sua importância na construção de perguntas de pesquisa e na busca de evidências. Ele afirma que "a prática baseada em evidências é a utilização da melhor evidência científica para subsidiar a tomada de decisão clínica" (p. 1).

A Análise do Comportamento Aplicada - ABA foi o principal objeto de investigação, sendo uma prática baseada em evidências, amplamente utilizada para desenvolver habilidades sociais e aumentar a participação social de crianças com TEA. A revisão foi voltada para crianças na primeira infância, que abrange do nascimento até os 6 anos de idade, diagnosticadas com TEA, uma vez que o cérebro das crianças nesta fase é altamente plástico, o que permite que intervenções, como a ABA, tenham um impacto significativo na redução de atrasos no desenvolvimento e na promoção de habilidades essenciais.

Ao empregarmos a estratégia PICO visamos a descrição dos componentes relacionados a pergunta de pesquisa: "Como a intervenção ABA em ambiente escolar influencia a participação social e de que maneira isso pode impactar a aprendizagem de crianças com TEA?" (tabela 1).

Consideramos que o impacto das intervenções psicológicas da Análise do Comportamento Aplicada - ABA, no aumento da participação social de crianças diagnosticadas com TEA, é capaz de contribuir para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais eficazes e aprimorar a qualidade de vida desses indivíduos.

Tabela 1 – Descrição da estratégia PICO

P	População	Crianças de 0 a 6 anos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
I	Intervenção	Investigar e compreender mais profundamente as necessidades e os desafios enfrentados por essa demografia.
C	Comparador	Intervenção ou exposição em análise: análise do comportamento aplicada - ABA, intervenção psicológica baseada em evidências.
O	Desfecho (outcome)	Melhoria na participação social, desenvolvimento de habilidades sociais e redução de comportamentos problemáticos em crianças com TEA.

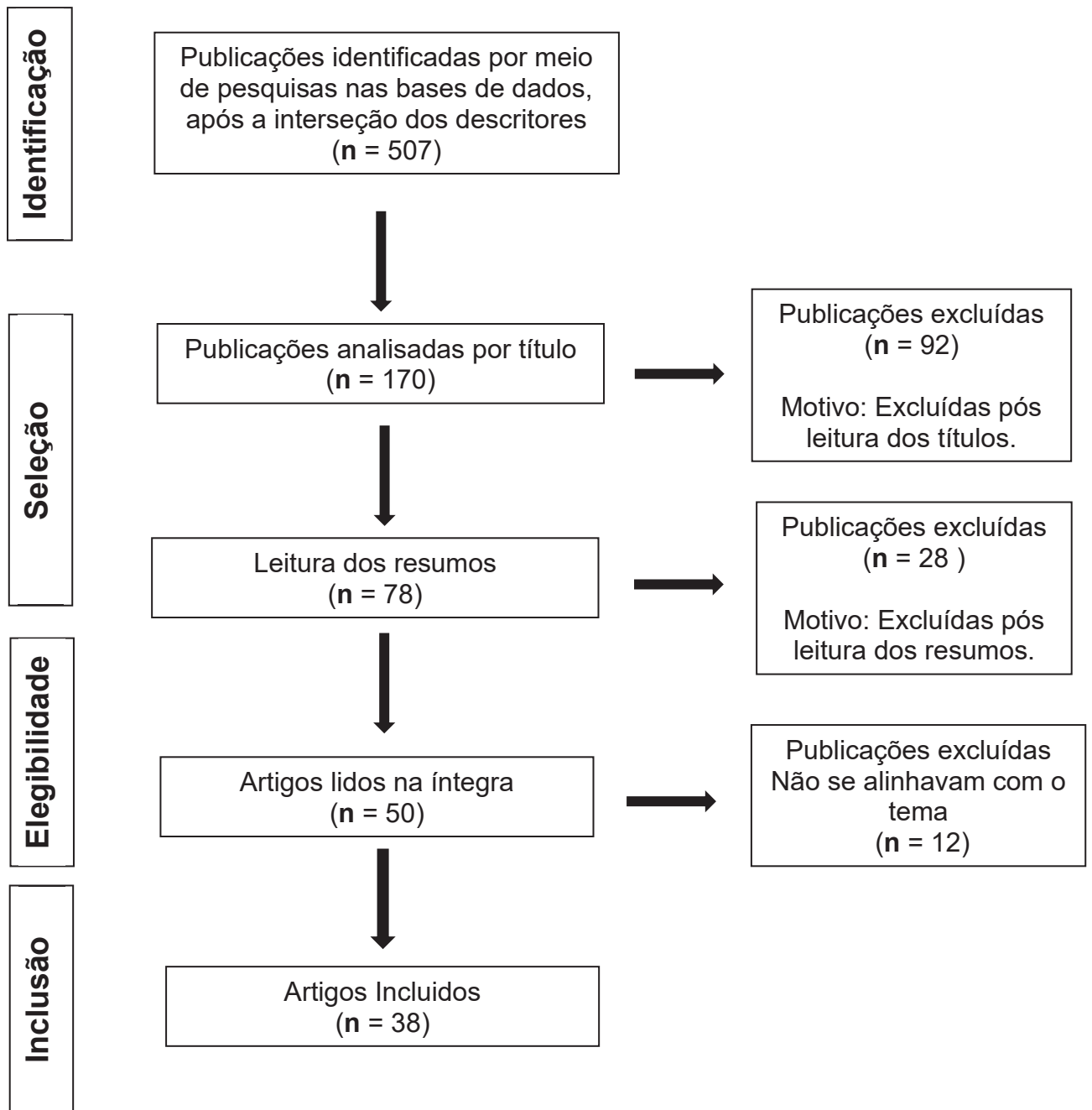
Fonte: Os autores (2025).

Partindo desses elementos, fez-se uma pesquisa na plataforma BVS, e para relacionar os descritores foram utilizados Operadores booleanos “OR” entre os descritores de mesma categoria e “AND” entre os de categorias distintas, utilizando filtros apropriados para refinar os resultados.

Os descritores utilizados foram: "Transtorno do Espectro Autista", "Comportamento social", "Intervenção psicológica", "Terapia comportamental", "Análise do Comportamento Aplicada", "Inclusão"; "Integração escolar", entre outros.

A seguir, apresenta-se o fluxograma de procedimentos de coleta de dados (Figura 1), que descreve, de forma clara e sequencial, as etapas adotadas para a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo.

Figura 1. Fluxograma: Procedimentos de Coleta de Dados.



Fonte: Adaptado de PRISMA, 2020

2.2.1 Critérios de inclusão

Nesta revisão sistemática, foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2024, visto que nesse período leis relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) foram implementadas, como a Lei nº 14.626/2020, que estabelece atendimento prioritário para pessoas com TEA, e a Lei nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo

Mion, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Foram incluídos apenas artigos disponíveis em português, garantindo que o conteúdo fosse acessível e relevante para o contexto brasileiro. A revisão considerou ensaios clínicos randomizados, estudos de intervenção, revisões sistemáticas e meta-análises, uma vez que esses formatos forneciam altos níveis de evidência científica, proporcionando uma análise precisa e imparcial sobre a eficácia da ABA.

Além disso, a revisão focou em estudos que abordaram a intervenção ABA especificamente no ambiente escolar e que envolviam crianças com TEA na faixa etária de 0 a 6 anos. Essa delimitação foi fundamental para analisarmos como a ABA pode influenciar a participação social e a aprendizagem dentro do contexto educacional, adequado para essa faixa etária.

2.2.2 Critérios de exclusão

Foram excluídos desta revisão sistemática artigos que não atendessem aos critérios estabelecidos, a fim de assegurarmos a qualidade e relevância dos resultados. Isso incluiu estudos que não abordassem diretamente a intervenção ABA em crianças com TEA, aqueles focados em outras abordagens terapêuticas, diferentes faixas etárias ou em contextos distintos do ambiente escolar, que não se alinhavam com a pergunta de pesquisa proposta.

Também foram desconsiderados editoriais, artigos que apresentassem dados insuficientes ou que utilizassem práticas sem embasamento científico, além de estudos indisponíveis ou de acesso restrito, objetivando manter a revisão focada em estudos acessíveis e aplicáveis.

Por fim, foram excluídos estudos publicados fora do período de 2020 a 2024 para garantir que a revisão fosse atualizada com as mudanças legislativas recentes e a evolução das práticas relacionadas ao TEA.

2.3 Procedimento de Análise de Dados

Para a análise dos dados, se utilizou da técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), que é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas e descritivas. Essa técnica é composta por três etapas: pré-

3 A INFLUÊNCIA DA ABA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO ESCOLAR

A Análise do Comportamento Aplicada - ABA é uma abordagem reconhecida por sua eficácia no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas em crianças neurotípicas, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista – TEA (Yu *et al.*, 2020, p.435). Sua aplicação se destaca em diversos contextos, como clínico, familiar, social e escolar (Anderson, 2023, p.312).

Nesse aspecto, a interação social desempenha um papel de suma importância no neurodesenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento das habilidades comunicativas e socioemocionais, fundamentais para a convivência em sociedade. No contexto escolar, se torna ainda mais relevante, uma vez que a escola é o principal espaço de socialização infantil (Leaf *et al.*, 2022, p. 2840).

Conforme Lemos, Nunes e Salomão (2020, p.22) as crianças quando expostas às situações adversas no contexto escolar, desenvolvem por meio da socialização repertório em relação a autorregulação, empatia e respeito, beneficiando não só crianças atípicas como crianças típicas.

Na perspectiva de Sousa (2024, p.11), o processo de inclusão escolar de crianças com TEA é uma prática que traz benefícios tanto para os estudantes neurodivergentes quanto para seus colegas com desenvolvimento neurotípico. Para garantir um desenvolvimento adequado e para que a ABA possa ser desenvolvida de uma forma mais eficaz, é fundamental que os profissionais envolvidos contem com o apoio de um psicólogo para possíveis orientações e auxílios.

Nesse sentido, a formação continuada dos educadores desempenha um papel essencial na efetividade das estratégias de inclusão, “visto que o sucesso dessas intervenções depende do conhecimento técnico e da aplicação adequada dos princípios comportamentais²” (Benitez, 2021, p.488).

Isso sugere que educadores com experiência prévia na área tendem a perceber mais imediatamente os benefícios da ABA e a implementar estratégias inclusivas com

² A aplicação da ABA (*Applied Behavior Analysis*) consiste em intervenções sistemáticas baseadas em princípios da análise do comportamento, como reforço positivo, modelagem e ensino por tentativas discretas. O processo envolve a avaliação comportamental inicial, a definição de objetivos específicos, a elaboração de um plano de intervenção individualizado e a coleta contínua de dados para monitorar o progresso e realizar ajustes. As sessões são estruturadas de modo a promover habilidades adaptativas e reduzir comportamentos disfuncionais, com ênfase na generalização dos aprendizados para diversos ambientes sociais (Benitez, 2021, p.488).

maior eficácia.

A literatura destaca que a atuação de um psicólogo capacitado em ABA é essencial para apoiar os professores no atendimento a crianças com TEA (Anderson, 2023, p.15). Como evidenciado por Benitez et al.(2021, p.489) e Conte *et al.* (2022, p.35), a presença desse profissional permite a implementação de estratégias educacionais personalizadas, que favoreçam a inclusão efetiva no ambiente escolar e contribuam para a redução de comportamentos desafiadores, promovendo um cenário de aprendizagem mais adaptativo e acolhedor.

Pesquisas como as de Lemos, Nunes e Salomão, (2020, p.4) e Sousa (2024, p.12), indicaram que a falta de preparo dos educadores pode comprometer de forma significativa o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com TEA . A intervenção colaborativa entre psicólogos e professores, nesse sentido, mostra-se essencial para potencializar a aquisição de habilidades acadêmicas, comunicativas e socioemocionais, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Ademais, abordagens baseadas em evidências, como o ABA, exigem acompanhamento especializado para garantir a correta aplicação dos protocolos de intervenção e assegurar a eficácia dos resultados obtidos (Yu *et al.*, 2020, p. 433; Leaf *et al.*, 2022, p.2844).

Outro fator crucial para a promoção do desenvolvimento de crianças com TEA é a realização de intervenções precoces, uma vez que o início antecipado das estratégias terapêuticas impacta de maneira significativa o progresso social e acadêmico desses indivíduos. Conforme apontado por Sousa (2024, p.20), intervenções precoces e intensivas fundamentadas nos princípios da ABA têm apresentado resultados expressivos na promoção de habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas, sobretudo quando implementadas antes dos cinco anos de idade, período considerado crítico para o desenvolvimento neuropsicomotor.

Nesse contexto, a eficácia das intervenções precoces também está relacionada à intensidade, à sistematização dos programas e à capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada criança (Laplaine, 2018, p.11). Dessa forma, programas estruturados com base na ABA, quando aplicados de forma consistente e supervisionada, podem favorecer não apenas ganhos no repertório comportamental, mas também a generalização das habilidades adquiridas para diferentes contextos sociais e acadêmicos (Felipe e Lanzillotta, 2023, p. 31).

Por sua vez, o investimento em equipes multidisciplinares capacitadas e no

acompanhamento contínuo torna-se imprescindível para maximizar os resultados e promover a autonomia e a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar e na vida comunitária (Lemos, Nunes e Salomão, 2020, p.10).

Portanto, é imperativo refletirmos sobre os resultados obtidos a partir da análise de estudos relacionadas à aplicação da ABA no contexto escolar, destacando seu impacto no desenvolvimento social das crianças com TEA.

3.1 A intervenção ABA em ambientes escolares e a sua relação com o desenvolvimento da aprendizagem em crianças com TEA

A inclusão educacional de crianças com TEA representa um desafio multidimensional que tem inspirado o desenvolvimento de diversas abordagens interventivas (Proença *et al.*, 2019, p. 15). Neste cenário complexo, a ABA emerge não apenas como um conjunto de técnicas, mas como uma filosofia educacional que, quando adequadamente implementada, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral desses estudantes (Scamati, Cantorani e Picinin, 2025, p. 21).

Esta evolução conceitual encontra respaldo empírico no estudo conduzido por Scamati, Cantorani e Picinin (2025, p. 9-12) que revelou uma correlação significativa entre a qualidade relacional das intervenções comportamentais e seus resultados educacionais. Os autores observaram que a eficácia da ABA não reside meramente na precisão técnica de sua aplicação, mas na capacidade dos educadores de estabelecerem vínculos significativos com os estudantes, transformando a intervenção em um processo genuinamente dialógico.

Em contrapartida, os estudos de revisão como os de Yu *et al.* (2020, p. 433) e Leaf *et al.* (2022, p.2842) reforçam que a aplicação sistemática de princípios comportamentais melhora o engajamento acadêmico, especialmente quando integrada ao currículo escolar. No entanto, a eficácia depende da colaboração entre psicólogos e educadores, pois a falta de capacitação pode limitar os resultados (Benitez *et al.*, 2021, p.478).

Assim, um dos principais desafios na implementação do ABA em escolas é a necessidade de personalização das estratégias para atender às demandas individuais de cada criança. Além disso, as tecnologias assistivas podem complementar as intervenções, mas sua eficácia está vinculada à adequada formação dos profissionais.

Faz-se necessário o reconhecimento da singularidade de cada estudante com TEA, a fim de promover metodologicamente a aplicação humanizada da ABA em contextos educacionais (Proença *et al.*, 2019, p. 12). As intervenções padronizadas, frequentemente criticadas por sua rigidez e potencial descontextualização, têm cedido espaço a abordagens personalizadas que valorizem o estudante (Lemos, Nunes e Salomão, 2020, p.18).

Como apontado por Yu *et al.* (2020, p. 436) e Gilroy, McCleery e Leader (2023, p. 365), métodos de alta tecnologia, como robótica e sistemas de comunicação alternativa, têm se mostrado promissores quando aliados ao ABA. Contudo, Leaf *et al.* (2022, p.2845) advertem que intervenções padronizadas, sem adaptações, podem negligenciar as particularidades do TEA, reforçando a importância de um planejamento individualizado.

A formação docente é outro fator crítico para o sucesso da ABA em contextos educacionais. Conte *et al.* (2022, p. 5-6) identificaram que muitos professores se sentem despreparados para lidar com as necessidades de alunos com TEA, destacando a importância de parcerias com psicólogos especializados.

Por sua vez, Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 64) ressaltam que a capacitação continuada dos educadores em ABA é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes, promovendo não apenas a inclusão escolar, mas também a redução de comportamentos estereotipados.

De maneira complementar, Benitez *et al.* (2021,p. 486) evidenciam que instituições de ensino que contam com equipes multidisciplinares capacitadas alcançam melhores índices de aprendizagem entre alunos com TEA, reforçando a importância do suporte especializado. Em contrapartida, a ausência de formação adequada e de apoio técnico pode perpetuar práticas pedagógicas excludentes e comprometer o pleno desenvolvimento desses estudantes (Sousa *et al.*, 2024, p. 15).

Além dos aspectos pedagógicos, a aplicação da ABA também desempenha um papel central no desenvolvimento de habilidades sociais, fundamentais para a integração escolar de crianças com TEA. Chung (2021, p. 142) evidenciou que intervenções mediadas por robôs, baseadas nos princípios da ABA, resultaram em melhorias significativas na comunicação não verbal, ampliando as possibilidades de interação social desses alunos. De forma convergente, Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 68) afirmaram que a estruturação de interações sociais no ambiente escolar, com reforço positivo, favorece a generalização de comportamentos adaptativos.

Entretanto, *Yu et al.* (2020, p. 437) e *Leaf et al.* (2022, p. 2847) alertaram que a consolidação dessas habilidades exige a continuidade entre os contextos terapêutico e escolar, o que implica um alinhamento efetivo entre os profissionais envolvidos. Sem essa articulação, como advertem Gilroy, McCleery e Leader (2023, p.367), os avanços tendem a permanecer restritos a ambientes controlados, dificultando a transferência e a manutenção dos comportamentos adquiridos em situações naturais.

Conforme *Leaf et al.* (2022, p. 2848) ressaltaram, as intervenções devem priorizar o bem-estar emocional da criança, evitando práticas aversivas, reforçando a necessidade de práticas que respeitem a dignidade e a autonomia dos indivíduos com TEA. A evolução da ABA moderna tem buscado responder a esses aspectos, promovendo metodologias mais naturalísticas, centradas na criança e baseadas em reforçamento positivo, em vez de técnicas punitivas ou excessivamente controladoras.

Para que a aplicação da ABA se mantenha ética e eficaz, é imprescindível que os profissionais sejam constantemente atualizados, adotando práticas baseadas em evidências, que considerem tanto os avanços técnicos quanto os princípios de respeito aos direitos humanos (Proença *et al.*, 2019, p. 17). A negligência desse equilíbrio pode comprometer não apenas a efetividade da intervenção, mas também o desenvolvimento emocional e a qualidade de vida das crianças atendidas (Pestana, 2023, p. 117).

Sob essa ótica, Benitez *et al.* (2023, p. 392-394) propôs a utilização de tecnologias emergentes, como a espectroscopia funcional de infravermelho próximo (fNIRS), capaz de aprimorar a avaliação das respostas emocionais durante as intervenções, contribuindo para práticas mais sensíveis e centradas na criança.

De modo convergente, Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 72) destacaram que "a flexibilidade metodológica é crucial para respeitar a individualidade do aluno", reforçando a necessidade de adaptações que considerem a singularidade de cada trajetória de aprendizagem. Esses apontamentos sugerem que a ABA, embora amplamente validada, deve incorporar princípios de colaboração interdisciplinar e inovação, como defende Sousa (2024, p.18) ao discutir novos caminhos para a alfabetização inclusiva. Assim, integrar tecnologias avançadas e abordagens personalizadas emerge como um imperativo para que as práticas de intervenção acompanhem as demandas éticas e sociais contemporâneas, promovendo, de fato, a inclusão plena.

Ademais, a sustentabilidade das intervenções baseadas em ABA no contexto

escolar está diretamente ligada à implementação de políticas públicas que assegurem recursos adequados, formação continuada de profissionais e acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas. Nesse sentido, Conte *et al.* (2022, p. 88) ressaltam que sistemas educacionais que contam com suporte governamental estruturado apresentam índices significativamente superior de inclusão e sucesso acadêmico entre alunos com TEA (Proença *et al.*, 2019, p. 19).

A ausência de investimentos consistentes compromete não apenas a eficácia das intervenções, mas também a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, perpetuando desigualdades e limitando o potencial de desenvolvimento desses estudantes (Pestana, 2023, p. 33). Portanto, além de práticas baseadas em evidências, é imprescindível a articulação entre educação, saúde e políticas públicas, para garantir a continuidade e a efetividade das ações voltadas à inclusão (Gilroy, McCleery e Leader, 2023, p.368).

3.2 O papel do psicólogo no acompanhamento educacional de crianças com TEA

O psicólogo escolar desempenha um papel mediador essencial entre as demandas pedagógicas e as necessidades específicas de crianças com TEA, articulando estratégias que integram teoria e prática de forma eficaz (Proença *et al.*, 2019, p. 19). Como apontado por Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 77), a atuação desse profissional transcende a intervenção direta com o aluno, abrangendo também a capacitação de docentes para a identificação e o manejo de comportamentos que possam interferir no processo de aprendizagem.

Estudos de Yu *et al.* (2020, p. 438) e Leaf *et al.* (2022, p. 2845), investigaram essa perspectiva, ao demonstrarem que a orientação técnica fundamentada na ABA é capaz de suprir lacunas formativas dos educadores, promovendo práticas pedagógicas mais ajustadas às particularidades do TEA. Assim, o psicólogo não apenas favorece a inclusão escolar, mas também contribui para o fortalecimento da autonomia e da competência profissional dos docentes.

A colaboração entre psicólogos e professores revela-se, portanto, um eixo estratégico para a construção de ambientes educacionais acessíveis, viabilizando a tradução de conceitos comportamentais em intervenções práticas e contextualizadas. Nesse sentido, pesquisas recentes indicam que a eficácia das intervenções baseadas

em ABA depende de um planejamento conjunto, no qual as metas individuais sejam alinhadas ao currículo escolar, de forma integrada e contínua (Benitez *et al.*, 2021, 487; Conte *et al.*, 2022, p.89).

Conforme Lemos, Nunes e Salomão (2020, p.69) destacaram, o psicólogo deve atuar como facilitador de diálogos multidisciplinares, garantindo que métodos como o reforço positivo sejam aplicados de maneira coerente em sala de aula. No entanto, a literatura aponta desafios, como a carência de tempo para planejamento e a resistência a mudanças pedagógicas, o que exige do profissional habilidades de mediação e adaptação (Yu *et al.*, 2020, p. 436).

Além de subsidiar práticas educativas, o psicólogo contribui para a elaboração de Planos de Ensino Individualizados (PEI) e documentos que organizam objetivos de aprendizagem de forma personalizada. Conforme evidenciado por Alves *et al.*, (2020, p. 12), a integração de tecnologias assistivas a esses planos potencializa o engajamento do aluno, mas requer conhecimento técnico para sua implementação, dando ênfase, assim, em sua importância.

Conforme Lemos, Nunes e Salomão (2020, p. 79), a avaliação constante do progresso do aluno realizada pelo psicólogo é crucial para permitir ajustes rápidos nas estratégias, evitando a estagnação e garantindo o avanço contínuo da aprendizagem. Essa abordagem permite uma resposta mais ágil às necessidades da criança, mantendo a intervenção sempre alinhada às suas particularidades.

Por outro lado, Leaf *et al.* (2022, p. 2850) alertam que a aplicação excessivamente rígida dos protocolos de ABA pode desconsiderar aspectos emocionais importantes do aluno, comprometendo o seu bem-estar. Para evitar esse risco, os autores defendem que o ABA deve ser conduzido com equilíbrio entre estrutura e flexibilidade, de modo a respeitar as necessidades emocionais da criança.

Nesse contexto, o psicólogo tem a responsabilidade ética de garantir que as intervenções não sejam reduzidas a simples modificação de comportamentos, mas sim voltadas ao desenvolvimento integral do aluno, abrangendo suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas (Benitez *et al.*, 2021, p. 487).

Além disso, Benitez *et al.* (2023, p. 479) sugerem que a utilização de tecnologias como a neuroimagem funcional, pode ser um recurso importante para entender as respostas emocionais das crianças com TEA, proporcionando uma abordagem mais humanizada e centrada no indivíduo. Essa ferramenta permite uma avaliação mais precisa das reações emocionais, complementando as técnicas

comportamentais tradicionais.

Nesse contexto, Lemos, Nunes e Salomão (2020, p.79), reforçam que “a escuta ativa das necessidades da família e da escola é tão crucial quanto a aplicação de técnicas comportamentais”, ressaltando o papel do psicólogo não apenas na implementação das intervenções, mas também como mediador e articulador das redes de apoio, essenciais para o sucesso da intervenção escolar e terapêutica.

A atuação do psicólogo no acompanhamento educacional de crianças com TEA vai além da implementação de intervenções terapêuticas, abrangendo também a promoção de ambientes escolares inclusivos, que valorizem a diversidade cognitiva e combatam estigmas (Proença *et al.*, 2019, p. 17).

Ademais, Conte *et al.* (2022, p.89), observaram que escolas com equipes multidisciplinares, incluindo psicólogos, apresentam menor incidência de bullying e maior aceitação social entre os pares. Esse ambiente de apoio favorece a integração das crianças com TEA, garantindo que suas necessidades específicas sejam atendidas de maneira sensível.

De acordo com Yu *et al.* (2020, p. 440) e Chung (2021, p. 146), esse impacto positivo é atribuído à combinação de intervenções comportamentais, como a ABA, com iniciativas de conscientização, que requerem tanto liderança técnica quanto empatia por parte dos educadores e profissionais da saúde. Assim, o psicólogo exerce um papel fundamental não apenas no atendimento direto à criança, mas também na educação e sensibilização da comunidade escolar, promovendo um ambiente de aceitação e respeito às diferenças.

Dessa forma, o psicólogo enfrenta o desafio de traduzir evidências científicas em políticas institucionais que sejam sustentáveis e eficazes, assegurando que os avanços teóricos se reflitam na prática cotidiana. Sousa (2024, p. 20) defendeu que a alfabetização de crianças com TEA só se torna efetiva quando há suporte contínuo de profissionais especializados, o que implica na atualização constante em abordagens como o ABA.

Esse acompanhamento contínuo é fundamental para garantir que as intervenções sejam consistentes e adaptadas às necessidades individuais das crianças. Assim, o papel do psicólogo transcende a intervenção direta, estendendo-se à construção e manutenção de sistemas educacionais inclusivos que garantam a efetividade e a continuidade do processo educativo.

3.3 O emprego da ABA nos resultados da socialização da criança com TEA

A ABA se consolidou como método essencial para intervenções junto a crianças com TEA, especialmente na promoção da socialização. Segundo Krahe (2024, p.11), a ABA contribui para a construção de repertórios sociais adaptativos, sendo capaz de favorecer interações positivas no ambiente escolar. Essa abordagem individualizada busca reforçar comportamentos socialmente apropriados e reduzir barreiras de comunicação, fundamentais para o processo inclusivo.

Nesse contexto, a socialização consiste em um processo pelo qual o indivíduo aprende comportamentos, valores e normas sociais, essenciais para sua integração na sociedade (Silva e Bandeira, 2025, p. 21). De acordo com Fernandez e Pinto (2024, p.8), crianças com TEA enfrentam desafios significativos nesse aspecto, devido a déficits na comunicação verbal e não verbal. Assim, intervenções que promovam a socialização desde a infância são cruciais para o desenvolvimento de competências relacionais e para a autonomia futura.

Rosa (2022, p. 215) ressaltou que a carência de habilidades sociais pode levar ao isolamento, prejuízos acadêmicos e comportamentos disruptivos, reforçando a necessidade de intervenções estruturadas. Logo, a socialização não apenas facilita a inclusão, mas também fortalece a autoestima e a autonomia, elementos críticos para o desenvolvimento integral.

O desenvolvimento infantil de crianças com TEA é marcado por particularidades que demandam abordagens especializadas (Proença *et al.*, 2019, p. 10), em razão de os déficits sociais (como evitamento de contato visual e dificuldade em compartilhar interesses) impactarem diretamente a capacidade de estabelecer vínculos e aprender por observação (Farias, 2024, p. 10). A neuroplasticidade, no entanto, permite que intervenções precoces modifiquem trajetórias de desenvolvimento, aproveitando períodos sensíveis para a aquisição de competências (Pestana, 2023, p. 111).

Neste contexto, a socialização permite que a criança estabeleça vínculos, aprenda a lidar com emoções e compreenda normas de convivência do ambiente escolar (Farias, 2024, p. 12). Conforme Sambandam, Warle e Rangaswami (2020, p. 8), para crianças com TEA, essa etapa é ainda mais sensível, pois déficits sociais podem impactar o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional. Portanto, o suporte adequado torna-se um elemento central para um desenvolvimento pleno e

inclusivo no ambiente escolar.

Evidencia-se, assim, que a ABA surgiu como intervenção promissora ao decompor comportamentos complexos em etapas gerenciáveis, utilizando reforçadores positivos para estimular respostas adaptativas. Essa abordagem não apenas mitiga comportamentos problemáticos, mas também constrói repertórios sociais essenciais para a vida em comunidade (Zarafshan *et al.*, 2017, p. 88).

A aplicação da ABA na socialização escolar de crianças com TEA mostra-se promissora, conforme evidenciado por Laterza e Silva (2025, p.6). No ambiente escolar, tanto público quanto privado, a intervenção é estruturada em contextos naturais, com foco na ampliação do repertório social. O ensino de habilidades sociais é promovido por meio de reforçamento positivo e modelação de comportamentos apropriados (Farias, 2024, p. 14).

Nos estudos revisados, verificou-se que a replicação dos programas de ABA é viável em diferentes contextos escolares. Souza e Viana, (2024, p.14), expõem que, com treinamento adequado de professores e suporte interdisciplinar, a aplicação da ABA em escolas públicas apresentou resultados comparáveis aos obtidos em instituições privadas. Isso demonstra a flexibilidade e o potencial de democratização do método. Krahe (2024, p. 55), ao conduzir uma intervenção de 12 meses com 20 crianças em instituições públicas e privadas, evidenciou melhorias na socialização e linguagem.

Nas intervenções em ABA para crianças com TEA, o desenvolvimento de habilidades sociais é crucial para ampliar repertórios comunicativos e cognitivos. Déficits sociais impactam negativamente esses indivíduos, sendo a comunicação social um critério diagnóstico essencial. O treinamento de habilidades sociais fortalece vínculos afetivos e relacionamentos interpessoais, comunicação e comportamento adequado. Dessa forma, em ambientes inclusivos, crianças que antes evitavam contato passaram a iniciar conversas e participar de atividades colaborativas, indicando melhora na autorregulação emocional (Krahe, 2024, p.57). Esses ganhos se mantêm a longo prazo, especialmente quando as estratégias são estendidas para o ambiente doméstico. Tais resultados corroboram a ABA como ferramenta não apenas corretiva, mas também preventiva, capaz de evitar o agravamento de isolamento social (Chen *et al.*, 2022, p. 10).

Considerando as evidências, pode-se afirmar que a ABA constitui uma ferramenta robusta para a promoção da socialização em crianças com TEA. Rosa

(2022, p. 218) apontou que o método não apenas melhora as habilidades sociais, mas também favorece o desenvolvimento acadêmico e a qualidade de vida. Portanto, a intervenção bem planejada e executada contribui para uma inclusão escolar mais efetiva e significativa.

No contexto escolar, a ABA tem sido implementada por meio de programas personalizados que integram professores, psicólogos e familiares. Técnicas como *role-playing* e modelagem comportamental são utilizadas para simular interações sociais, permitindo que a criança pratique turnos de conversa, reconhecimento de emoções e resolução de conflitos em ambientes controlados (Iswari, Efrina e Mahdi, 2019, p. 64-68).

A implementação da ABA segue, portanto, etapas sistemáticas: avaliação inicial, definição de metas, aplicação de técnicas e monitoramento contínuo. Psicólogos desempenham papel central na análise funcional do comportamento, identificando antecedentes e consequentes, que mantêm respostas inadequadas (Blanco; Gennari, 2019, p. 129). Por exemplo, se uma criança evita contato visual devido à ansiedade, o profissional introduz gradualmente estímulos visuais associados a reforçadores, como elogios ou atividades preferidas.

A modelagem é outra técnica-chave, na qual aproximações sucessivas do comportamento desejado são recompensadas, fortalecendo a motivação para engajamento. Essas etapas exigem coordenação entre escola e família, garantindo consistência nas respostas ambientais (Laterza e Silva, 2025, p. 705).

Apesar dos avanços, contrastes surgem na literatura sobre a aplicação da ABA. Alguns autores, como Souza e Viana (2024, p.17), consideram de que a padronização de protocolos pode limitar a individualização, necessária em casos complexos. Em contrapartida, Krahe (2024, p.70), parte da argumentativa que a ABA é suficientemente flexível para atender às diversas necessidades, desde que aplicada com rigor técnico, respeitando as particularidades e cosmos do indivíduo, de maneira ética.

Há também discordâncias quanto à intensidade da intervenção. Enquanto Krahe (2024, p. 13) sustenta que programas intensivos (20 a 40 horas semanais) são mais eficazes, Farias (2024, p. 12) ressalta que intervenções de menor carga horária, mas integradas ao contexto escolar, também promovem ganhos sociais relevantes. Essa discussão evidencia a necessidade de adaptações individuais e de avaliações contínuas.

Em síntese, a aplicação da ABA no processo de socialização de crianças com TEA demonstra eficácia reconhecida, ainda que com nuances a serem consideradas. Logo, o conjunto das evidências aponta para a importância de intervenções planejadas, individualizadas e alinhadas ao contexto escolar e familiar. Dessa forma, considera-se que o método contribui de forma concreta para o avanço de práticas inclusivas no ambiente educacional contemporâneo.

4 DISCUSSÃO

Em nosso processo de levantamento e investigação do tema nas bases de dados foram identificados um total de 507 estudos relacionados ao tema, que após o processo de identificação, triagem e elegibilidade 38 foram considerados com evidências relevantes a serem discutidas.

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido amplamente reconhecida como uma metodologia eficaz para promover a inclusão e o desenvolvimento social de crianças com TEA no ambiente escolar (Conte *et al.*, 2022; Benitez *et al.*, 2023; Sousa, 2024). Ainda que os estudos revelem avanços, as dificuldades observadas na integração em atividades coletivas, como relatado por Lemos, Nunes e Salomão (2020), apontaram para a lacuna existente na formação dos professores e na mediação das interações sociais. A psicologia escolar, nesse contexto, foi considerada mediadora essencial, favorecendo a elaboração de estratégias individualizadas que promovem não apenas a inclusão formal, mas uma participação significativa.

A meta-análise conduzida por Yu *et al.* (2020) demonstrou que as intervenções baseadas em ABA têm efeitos positivos especialmente nos domínios da socialização e comunicação, reforçando a tese de que o apoio psicológico deve ser direcionado ao desenvolvimento dessas competências. Contudo, o estudo também evidenciou limitações quanto aos ganhos cognitivos, o que sinaliza a necessidade de abordagens multidimensionais. Nesse sentido, a psicologia aplicada à educação não pode negligenciar o trabalho interdisciplinar com fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores especializados, pois somente uma atuação conjunta permitirá que o potencial das intervenções seja plenamente explorado.

Tecnologias assistivas surgem como ferramentas promissoras para potencializar o engajamento e a aprendizagem de crianças com TEA. Alves *et al.* (2020) identificaram recursos como robôs, plataformas digitais e rastreamento ocular, que, aliados à ABA, contribuem para o aumento do repertório comportamental. Do ponto de vista da psicologia, tais ferramentas devem ser utilizadas com critérios técnicos, considerando a motivação da criança, sua capacidade de resposta e os objetivos pedagógicos traçados no Plano Educacional Individualizado (PEI). A mediação do psicólogo escolar é fundamental para garantir que esses recursos sejam

aplicados de forma ética e eficaz, respeitando os princípios do desenvolvimento humano (Benitez *et al.*, 2023).

Estudos como o de Chung (2021) demonstram que intervenções robotizadas podem gerar avanços significativos em aspectos como contato visual e linguagem expressiva, aspectos frequentemente comprometidos no TEA.

A contribuição da psicologia está em interpretar esses ganhos à luz de teorias do desenvolvimento social e da aprendizagem mediada. Cabe ao psicólogo refletir sobre a generalização dessas habilidades para contextos naturais, como as interações com colegas em sala de aula, garantindo que os efeitos da intervenção não se limitem ao ambiente artificial de aplicação (Lemos, Nunes e Salomão, 2020; Yu *et al.*, 2020). A formação docente foi assim apontada como um fator determinante na eficácia das práticas inclusivas. Benitez *et al.* (2021), considerou que programas de capacitação fundamentados na ABA contribuem significativamente para mudanças atitudinais. A psicologia da educação, ao participar desses processos formativos, amplia a compreensão dos profissionais sobre os desafios comportamentais apresentados pelos alunos com TEA e fornece subsídios práticos para a atuação pedagógica. Além disso, formações continuadas, com ênfase em casos clínicos e estratégias aplicadas, aumentam a autoconfiança dos docentes e sua capacidade de implementar intervenções assertivas.

As críticas dirigidas à ABA por movimentos de neurodiversidade, conforme discutido por Leaf *et al.* (2022), convidaram à reflexão ética sobre a aplicabilidade e os limites dessa abordagem. Tais críticas, embora em parte contestadas, evidenciaram a importância de considerar a individualidade e a autonomia dos sujeitos atendidos. Assim, a psicologia escolar, ao intervir nesse cenário, deve prezar pela escuta ativa da criança e de sua família, buscando compreender suas preferências e respeitar sua subjetividade. Isso exige do profissional uma postura crítica diante das técnicas aplicadas e abertura para revisões constantes das estratégias adotadas.

No contexto internacional, estudos como o de Conte *et al.* (2022) mostraram que a presença de profissionais da saúde na escola influencia positivamente a percepção docente sobre o TEA. A atuação do psicólogo escolar, nesse cenário, contribui para construir pontes entre o conhecimento clínico e a prática pedagógica. A promoção de uma cultura escolar mais inclusiva depende diretamente do suporte técnico prestado por esses profissionais, que orientam os educadores na implementação de práticas baseadas em evidências, e fomentam o diálogo entre as

famílias e a escola (Alves *et al.*, 2020).

Conforme as pesquisas de Gilroy, McCleery e Leader (2023) reforçam que a eficácia das estratégias de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), seja de alta ou baixa tecnologia, depende do embasamento funcional das intervenções. Assim, a psicologia, ao integrar essas abordagens ao cotidiano escolar, pode contribuir na análise funcional do comportamento, favorecendo o uso adequado das tecnologias segundo as necessidades da criança. Dessa forma, garante-se que as intervenções respeitem o ritmo e os objetivos individuais, contribuindo para uma inclusão escolar mais efetiva e humanizada (Benitez *et al.*, 2021; Chung, 2021).

Os estudos analisados, por sua vez, apontaram que as intervenções psicológicas fundamentadas na ABA contribuem para o fortalecimento da participação social de crianças com TEA, especialmente ao promoverem habilidades como comunicação funcional, contato visual e interações espontâneas (Yu *et al.*, 2020; Chung, 2021). No entanto, apesar dos avanços individuais, os dados indicaram que essas intervenções ainda enfrentam limitações quando descontextualizadas do ambiente escolar e de sua dinâmica social, o que demanda uma atuação ampliada por parte da psicologia educacional (Lemos, Nunes e Salomão, 2020). Verificou-se, também, que a atuação do psicólogo escolar tem potencial para modificar o contexto institucional, principalmente ao oferecer formação continuada a professores e atuar na elaboração de estratégias de mediação e inclusão (Benitez *et al.*, 2021).

Ademais, observou-se que a mudança atitudinal dos docentes após capacitação fundamentada na ABA favoreceu uma postura mais responsiva às necessidades dos alunos com TEA, o que amplia as possibilidades de inclusão (Conte *et al.*, 2022). Essa mediação indireta evidenciou o papel do psicólogo, não apenas na intervenção individual, mas também, na transformação das condições ambientais de aprendizagem. Entretanto, parte dos autores reconheceram que os efeitos das intervenções ABA são restritos quando não há suporte interdisciplinar, uso ético das tecnologias e sensibilidade à diversidade (Leaf *et al.*, 2022). Além disso, as críticas à validade social das técnicas aplicadas alertaram para a necessidade de uma escuta ativa e personalizada por parte dos profissionais de psicologia, sob risco de práticas padronizadas desconsiderarem a subjetividade e os direitos dos sujeitos atendidos. A efetividade das intervenções, portanto, depende do diálogo entre técnica, ética e contexto educacional.

Dessa forma, embora a pesquisa ofereça respostas parciais à questão

proposta, ao evidenciar que intervenções psicológicas baseadas na ABA favorecem a socialização de crianças com TEA, os estudos também indicaram que tais intervenções só atingem sua plena eficácia quando articuladas com políticas inclusivas e práticas pedagógicas sensíveis (Gilroy; McCleery; Leader, 2023; Sousa, 2024). Portanto, a contribuição das intervenções é significativa, mas condicionada à superação de barreiras institucionais e à presença ativa de profissionais capacitados para assegurar os direitos fundamentais no ambiente escolar.

As obras investigadas em nossa revisão de literatura sustentaram, em grande parte, a hipótese inicialmente proposta, de que as intervenções psicológicas têm papel central no desenvolvimento global de crianças com TEA. Evidências indicaram que abordagens baseadas na ABA promovem ganhos significativos em áreas como comunicação e habilidades sociais (Yu *et al.*, 2020; Sousa, 2024). Ainda que alguns domínios, como cognição e comportamentos repetitivos, apresentem respostas menos consistentes, os dados apontaram que a ausência de acompanhamento técnico pode levar à estagnação ou regressão do desenvolvimento, como indicamos em nossa hipótese.

A perspectiva acadêmica também se confirma no que diz respeito à importância do apoio às famílias. Embora poucos estudos tenham focado diretamente nesse aspecto, autores como Benitez *et al.* (2021) destacaram a necessidade de capacitação e suporte aos educadores e cuidadores, alinhando-se à nossa concepção de que o entorno familiar deve ser incluído nas estratégias terapêuticas. O acompanhamento psicológico das famílias contribui, assim, para um ambiente mais estruturado, com práticas que podem ser replicadas em casa, fortalecendo a autonomia e os vínculos afetivos da criança.

Sob uma ótica aplicada da psicologia, os dados reafirmaram que o profissional bem capacitado é essencial na mediação das habilidades sociais e na promoção da inclusão escolar. Estudos como o de Conte *et al.* (2022) demonstraram que a presença de psicólogos no contexto educacional contribui para mudanças institucionais que favorecem o acolhimento da diversidade. A atuação desse profissional vai além da intervenção clínica, abrangendo o planejamento de ações pedagógicas e colaborativas, que considerem a subjetividade e os direitos dos estudantes com TEA.

Portanto, entendemos que a hipótese foi validada pelos achados empíricos analisados. Do ponto de vista pessoal e acadêmico, reafirmamos que as intervenções

psicológicas não só estimulam o desenvolvimento funcional, como também oferecem suporte indispensável à construção da autonomia. Ressaltamos, no entanto, que tais intervenções só atingem sua real efetividade quando inseridas em uma lógica multidisciplinar e contínua, que envolva a escola, a família e a rede de apoio institucional de forma integrada (Leaf *et al.*, 2022).

No que concerne aos objetivos propostos, especialmente no que se refere à análise do impacto da ABA no desenvolvimento escolar de crianças com TEA, estudos como o de Yu *et al.* (2020) e Sousa (2024) apresentaram evidências empíricas robustas sobre os efeitos positivos da ABA na socialização, comunicação e desempenho acadêmico. Essas contribuições alinharam-se diretamente ao primeiro e segundo objetivos da revisão, permitindo compreender como as técnicas comportamentais estruturadas contribuem para o avanço das habilidades escolares e interpessoais dos estudantes autistas.

Quanto à investigação da aplicação da ABA em contextos escolares, autores como Lemos, Nunes e Salomão (2020) e Chung (2021) abordaram diretamente a prática da intervenção nos espaços formais de aprendizagem, como sala de aula e pátio. Essas pesquisas ressaltaram tanto os avanços quanto as dificuldades de implementação, como a necessidade de capacitação docente e mediação psicossocial constante. Assim, observou-se que esses estudos responderam de forma relevante ao segundo objetivo, mostrando que o ambiente escolar é determinante para o sucesso das estratégias de ABA.

Em relação a identificar fatores moderadores e mediadores que influenciaram na eficácia da ABA, na promoção da participação social de crianças com TEA, a revisão trouxe dados importantes, embora mais dispersos. O estudo de Benitez *et al.* (2021) destacou a formação prévia dos educadores como um moderador relevante na mudança de atitudes em relação à inclusão, enquanto Leaf *et al.* (2022) abordaram aspectos éticos e a validade social como mediadores das intervenções. Esses achados sugerem que o impacto da ABA não depende apenas da técnica em si, mas também da forma como ela é inserida no contexto sociocultural e institucional.

No que diz respeito ao acompanhamento terapêutico e seu papel na experiência educacional, a revisão tocou o tema de maneira indireta. Apesar de não ser o foco principal da maioria dos estudos, autores como Conte *et al.* (2022) indicaram que a presença de profissionais da saúde no ambiente escolar, incluindo psicólogos, favorece atitudes mais positivas e intervenções mais eficazes. Essa

contribuição sustentou, parcialmente, o objetivo em que propôs-se analisar a importância do acompanhamento terapêutico em crianças com TEA e seu impacto na experiência educacional. Evidenciou-se nesse contexto, a necessidade de integração entre os serviços clínicos e escolares para um apoio mais amplo e contínuo às crianças com TEA.

Por outro lado, alguns estudos não exploraram todos os aspectos desejados pela revisão, focando apenas em componentes específicos da ABA ou em contextos clínicos. Isso limitou a generalização dos resultados para o ambiente escolar e para o papel do psicólogo educacional. Ainda assim, os autores que mais se alinharam aos objetivos propostos demonstraram, de forma coerente, que a ABA quando bem aplicada e mediada por profissionais capacitados, representa uma ferramenta promissora para promover o desenvolvimento global e a inclusão escolar de crianças com TEA.

A metodologia empregada na revisão demonstrou rigor científico ao adotar critérios claros de elegibilidade para seleção dos estudos. Foram priorizadas fontes atualizadas, relevantes e com embasamento teórico sólido. Essa abordagem garantiu a consistência e a confiabilidade das evidências analisadas. Dessa forma, a nossa revisão integrativa de literatura se demonstrou adequada aos objetivos propostos.

O desenvolvimento do trabalho correspondeu em parte às expectativas de análise da pesquisa proposta, especialmente ao reunir evidências relevantes sobre a aplicação da ABA no contexto escolar de crianças com TEA. A seleção criteriosa de estudos empíricos e teóricos proporcionou um panorama abrangente sobre os benefícios das intervenções comportamentais. No entanto, algumas lacunas permaneceram, como a escassez de estudos focados diretamente no acompanhamento terapêutico contínuo e na atuação conjunta entre psicólogos escolares e famílias, aspecto essencial para uma compreensão mais completa do processo de inclusão.

Entre as principais limitações identificadas, destacou-se a predominância de estudos estrangeiros ou com foco em ambientes clínicos, o que dificultou a análise de contextos educacionais brasileiros de forma mais aprofundada. Além disso, a heterogeneidade metodológica entre os estudos dificultou a comparação direta dos resultados e impediu a identificação de padrões mais precisos quanto aos fatores que interferem na eficácia das intervenções. A falta de indicadores longitudinais também limitou a avaliação dos efeitos a longo prazo da ABA, na trajetória escolar de crianças

com TEA.

Mesmo que a proposta inicial tenha sido contemplada nos principais eixos temáticos, faltou aprofundamento na discussão sobre a realidade brasileira. Observou-se, assim, que no cenário nacional, há uma predominância de literatura voltada à revisão de evidências e pouca produção sobre intervenções práticas em grupo, o que limita o conhecimento aplicado e contextualizado sobre os efeitos da ABA nas escolas.

Logo, constatou-se que os autores investigados neste estudo partem do entendimento de que, embora muitos estudos apresentem contribuições relevantes ao campo da análise do comportamento aplicada ao TEA, há certa homogeneidade metodológica que limita a compreensão de realidades diversas. A maioria das pesquisas, como as de Yu *et al.* (2020) e Chung (2021), adotaram delineamentos quantitativos com foco em indicadores objetivos de progresso, mas pouco exploraram aspectos subjetivos, como a experiência vivida pelas crianças ou a percepção das famílias e professores.

Autoras como Lemos, Nunes e Salomão (2020), por sua vez, contribuíram para um olhar mais contextualizado, ao abordarem as dificuldades de socialização em espaços escolares comuns. No entanto, sua análise permanece descritiva, sem avançar em proposições práticas de enfrentamento dessas barreiras. Faltam reflexões aprofundadas sobre o papel da psicologia escolar na mediação desses desafios, bem como uma avaliação crítica das condições institucionais que dificultam a implementação da ABA em escolas públicas brasileiras. Já Benitez *et al.* (2021) trouxeram uma abordagem mais alinhada às práticas inclusivas, ao investigarem a formação docente fundamentada na ABA. Ainda assim, há uma tendência em considerar a capacitação como solução quase autônoma para os problemas de inclusão, sem discutir com profundidade os entraves estruturais enfrentados pelas escolas, como a escassez de recursos humanos e materiais. A análise se beneficiaria da inserção de uma crítica mais abrangente às políticas públicas educacionais e de inclusão.

No caso de autores como Leaf *et al.* (2022), destacaram positivamente o esforço em problematizar os limites éticos e a validade social das intervenções ABA. Essa postura é fundamental para romper com uma visão técnica e automatizada do comportamento humano. No entanto, o texto poderia aprofundar-se mais na proposição de alternativas práticas sensíveis à neurodiversidade, superando o

discurso genérico de melhora contínua, para apresentar caminhos concretos de ação mais humanizada.

Destaca-se que autores que abordaram tecnologias assistivas, como Alves *et al.* (2020), ofereceram contribuições inovadoras, mas apresentaram uma visão demasiadamente tecnicista. Embora os recursos tecnológicos descritos demonstrem potencial para apoiar a aprendizagem de crianças com TEA, há pouca discussão sobre as limitações de acesso a essas ferramentas em contextos educacionais vulneráveis. Uma análise crítica mais apurada exigiria problematizar a viabilidade dessas propostas em sistemas públicos de ensino, especialmente no Brasil.

O estudo de Conte *et al.* (2022), por sua vez, alinharam-se à perspectiva multidisciplinar ao destacar a relevância de equipes de saúde atuando em conjunto com a escola. Entretanto, os achados do estudo focaram na percepção de professores, sem incluir a escuta das crianças ou familiares, o que restringe a complexidade da análise. Além disso, a generalização dos resultados para diferentes contextos escolares pode ser questionada, dada a falta de distinção entre tipos de instituição, regiões ou condições socioeconômicas.

A revisão conduzida por Sousa (2024) trouxe uma leitura otimista sobre os efeitos da ABA na alfabetização de crianças com TEA. No entanto, apesar da relevância do tema, o estudo carece de um olhar crítico sobre os desafios enfrentados na escola pública para a implementação de práticas tão individualizadas. O texto reforçou os benefícios da técnica, mas não apresentou contrapontos ou limites, o que enfraquece o rigor científico e reduz a aplicabilidade prática das conclusões em contextos educacionais amplos.

Por fim, a maioria dos autores revisados reconhece a eficácia da ABA no desenvolvimento social e acadêmico de crianças com TEA, mas poucos problematizam o contexto real de aplicação das intervenções. Faltam análises mais profundas sobre as desigualdades educacionais, o papel da psicologia crítica e os aspectos políticos que atravessam a inclusão escolar. Dessa forma, embora o conjunto de estudos contribua para a fundamentação teórica da prática com TEA, há uma necessidade evidente de ampliar os olhares para além dos dados quantitativos e incorporar perspectivas mais dialógicas, contextuais e reflexivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o impacto da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na promoção da participação social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes escolares.

A partir da revisão sistemática da literatura, foi possível constatar que a ABA se apresenta como uma ferramenta eficaz no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas, contribuindo significativamente para o processo de inclusão e autonomia dessas crianças.

Os estudos analisados evidenciaram que, quando aplicada de forma ética, planejada e com o devido acompanhamento profissional, a ABA promove não apenas a redução de comportamentos que interferem na adaptação social, mas também o fortalecimento de repertórios sociais essenciais para a convivência em grupo.

A atuação de psicólogos capacitados, em articulação com professores e famílias, mostrou-se decisiva para o sucesso das intervenções, uma vez que garante a personalização das estratégias e o alinhamento com as necessidades individuais de cada criança.

Apesar dos avanços, a pesquisa também revelou desafios importantes, como a carência de formação específica entre os profissionais da educação, a escassez de recursos nas escolas públicas e a necessidade de uma abordagem mais humanizada, que respeite a singularidade e os direitos das crianças com TEA.

Ficou evidente que a inclusão verdadeira só será alcançada com o fortalecimento de políticas públicas, o investimento em equipes multidisciplinares e a adoção de práticas pedagógicas sensíveis à neurodiversidade.

Dessa forma, conclui-se que a ABA, quando integrada a um contexto escolar acolhedor e colaborativo, pode transformar significativamente a trajetória escolar de crianças com TEA, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional necessário para sua plena inserção na sociedade.

A continuidade de pesquisas sobre o tema é fundamental para ampliar o conhecimento, aprimorar as intervenções e garantir o respeito à diversidade no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. *et al.* Applied behavior analysis for the treatment of autism: A systematic review of assistive technologies. **IEEE Access**, v. 8, p. 118664–118672, 2020.
- ANDERSON, L. K. Autistic experiences of applied behavior analysis. **Autism**, v. 27, n. 3, p. 737–750, 2023.
- APA, A. P. A. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisad**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. **São Paulo: Edições**, v. 70, p. 280, 2016.
- BENITEZ, P. *et al.* Análise da Viabilidade de Uso do FNIRS em Atividades Educacionais com Crianças e Jovens com Deficiência Intelectual e Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382023000100313&tlng=pt. Acesso em: 23 ago 2025.
- BENITEZ, P. *et al.* Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382021000100322&tlng=pt. Acesso em: 08 abr 2025.
- BLANCO, M. B.; GENNARI, A. P. G. A. Estratégias da análise do comportamento aplicada para pessoas com transtorno do espectro do autismo. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 6, n. 2, p. 127–130, 2019.
- BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Brasília/DF: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 03 jan 2025
- BRASIL, P. da R. **LEI Nº 13.652, DE 13 DE ABRIL DE 2018**. Brasília, DF: Secretaria Geral, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13652.htm. Acesso em: 03 jan 2025
- BRASIL. **LEI Nº 13.977, DE 8 DE JANEIRO DE 2020**. Brasília/DF: [s. n.], 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm. Acesso em: 03 jan 2025
- CHEN, S. *et al.* Effects of Therapeutic Horseback-Riding Program on Social and Communication Skills in Children with Autism Spectrum Disorder: A Systematic Review and Meta-Analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 21, p. 13, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/21/14449>. Acesso em: 03 jan 2025
- CHUNG, E. Y. Robot-mediated social skill intervention programme for children with autism spectrum disorder: An ABA time-series study. **International Journal of Social Robotics**, v. 13, n. 5, p. 1095–1107, 2021.

CNS. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **2 de abril: Dia Mundial de Conscientização do Autismo.** 2023. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/01_abr_autismo.html#:~:text=Atualmente%2C o número mais aceito,milhões de autistas no país.](https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/01_abr_autismo.html#:~:text=Atualmente%2C%20o%20n%C3%BAmero%20mais%20aceito,milh%C3%B5es%20de%20autistas%20no%20pa%C3%ADs.&context=menu) Acesso em: 17 mar. 2023. Acesso em: 03 jan 2025

CONTE, L. *et al.* Autism Spectrum Disorders and inclusion attitudes in the Italian school environments: Teachers' knowledge, attitudes, perceptions and their necessity to consult a healthcare multidisciplinary team. **Acta Bio Medica: Atenei Parmensis**, v. 93, n. 4, p. e2022284, 2022.

DE SOUZA FERNANDES, M. H.; COSTA, A. L. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): breve história para uma longa discussão.: Short history for a long discussion. **Revista Master-Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 15, 2023.

FARIAS, F. B. P. As contribuições da análise do comportamento aplicada para inclusão escolar de alunos com diagnóstico de transtorno do espectro autista. **Revista Cocar**, v. 21, n. 39, p. 16, 2024. r.

FELIPE, E. V.; LANZILLOTTA, P. Níveis de participação das crianças autistas-casa, escola e comunidade. **Repositório Institucional do UNILUS**, v. 2, n. 1, 2023.

FERNANDEZ, A. C. P.; PINTO, D. S. M. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA. **FAP**, Apucarana, v. 1, n. 1, p. 12, 2024. Disponível em: <https://www.fap.com.br/banco-tc/psicologia/2024/PSI2024006.pdf>. Acesso em: 03 jan 2025

FREITAS, S. D. de; SOUZA, P. R. P. de. Educação inclusiva de crianças autistas na rede pública de ensino regular. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 65209–65227, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/32225>. Acesso em: 03 jan 2025

GILROY, S. P.; MCCLEERY, J. P.; LEADER, G. A delayed intervention start randomized controlled trial of high-and low-tech communication training approaches for school-age autistic children with co-occurring intellectual disability. **Journal of applied behavior analysis**, v. 56, n. 3, p. 593–606, 2023.

HAGE, S. V. R. *et al.* Social Communication and pragmatic skills of children with Autism Spectrum Disorder and Developmental Language Disorder. **CoDAS**, v. 34, n. 2, p. 6, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822022000200307&tlng=en. Acesso em: 03 jan 2025

ISWARI, M.; EFRINA, E.; MAHDI, A. Developing Social Skills of Autistic Children through Role Play. *In:* , 2019. **1st Non Formal Education International Conference (NFEIC 2018)**. Atlantis Press, 2019. p. 64–68.

KRAHE, T. E. **Aplicação da intervenção em Análise do Comportamento Aplicada em crianças com Transtorno do Espectro Autista no.** PUC-Rio, 2024.

LAPLANE, A. L. F. de. Confrontando a norma: modos de participação de crianças com transtorno do espectro do autismo na escola. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 111–120, 2018.

LATERZA, R. P.; SILVA, A. A. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA): APLICAÇÕES TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Revista Faculdades do Saber**, v. 10, n. 24, p. 699–708, 2025.

LEAF, J. B. *et al.* Concerns about ABA-based intervention: An evaluation and recommendations. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 52, n. 6, p. 2838–2853, 2022.

LEMOS, E. L. de M. D.; NUNES, L. de L.; SALOMÃO, N. M. R. Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 1, p. 69–84, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382020000100069&tlng=pt. Acesso em: 03 jan 2025

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8^oed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2017.

NEVES, A. Q. das; NASCIMENTO, L. M. da C. Inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil de escolas particulares regulares. **UNEB**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 32, 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/e2dcaa67-da10-45d2-808a-4ad0d99a1bfa/content>. Acesso em: 26 mar 2025.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **Systematic reviews**, v. 10, n. 1, p. 1–11, 2021.

PESTANA, D. M. A. de A. Considerações sobre a análise do comportamento aplicada na atuação precoce no Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 11, p. 100–113, 2023. Acesso em: 05 mar.

PROENÇA, M. F. R. *et al.* A tecnologia assistiva aplicada aos casos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 31, p. 1–13, 2019.

RICE, C. E. *et al.* Defining in detail and evaluating reliability of DSM-5 criteria for autism spectrum disorder (ASD) among children. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 52, n. 12, p. 5308–5320, 2022.

ROSA, S. de O. da. Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e sua contibuição para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) graus II e III no ensino fundamental I. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 32, p. 212–229, 2022.

ROSA, S. de O. Estudo sobre a análise do comportamento aplicada (ABA) e sua contibuição para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), graus II e III, no ensino fundamental I. 2022.

SAMBANDAM, E.; WARLE, S. S.; RANGASWAMI, K. Long-Term effects of ABA based intervention to improve Social-Communication and Social Maturity for children with autism. **J Indian Acad Appl Psychol**, v. 57, p. 5–13, 2020.

SCAMATI, V.; CANTORANI, J. R. H.; PICININ, C. T. Os desafios na aprendizagem de indivíduos com transtorno de espectro autista (TEA): uma revisão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 33, n. 126, p. e0254453, 2025. A

SCHIAVENATO, M.; CHU, F. PICO: What it is and what it is not. **Nurse education in practice**, v. 56, p. 103194, 2021.

SILVA, Ú. R. da; BANDEIRA, A. da R. **Práticas pedagógicas contemporâneas: vivendo metodologias inspiradoras**. Universidade Federal De Pelotas, 2025.

SOARES, R. T. C. A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas. 2022.

SOUSA, L. C. F. D. de. A importância da ciência ABA – As contribuições da terapia ABA na alfabetização em TEA. **Periódicos LATTICE**, v. 1, n. 2, 2024. Disponível em: <https://ojs.periodicoslattice.com/latticemultidisciplinar/article/view/22>. Acesso em: 05 mar 2025.

SOUZA, D. V. de; VIANA, G. M. Análise do comportamento aplicada (aba) no apoio a crianças com tea no contexto escolar. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 11, p. 1–19, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6436>. Acesso em: 13 abr 2025.

TAYLOR, M. J. *et al.* Etiology of autism spectrum disorders and autistic traits over time. **JAMA psychiatry**, v. 77, n. 9, p. 936–943, 2020.

YU, Q. *et al.* Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis. **Psychiatry investigation**, Korea (South), v. 17, n. 5, p. 432–443, 2020.

ZARAFSHAN, H. *et al.* Effectiveness of non-pharmacological interventions on stereotyped and repetitive behaviors of pre-school children with autism: a systematic review. **Basic and clinical neuroscience**, v. 8, n. 2, p. 95, 2017.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO ACADÊMICO DE PESQUISA

O presente termo é documento integrante da Pesquisa de Conclusão de Curso, a ser submetida à avaliação da Instituição de Ensino como requisito necessário e obrigatório à obtenção do grau de Formação de Psicólogo.

Nós, Alice Cabral Daniel, CPF 496.937.798-78, Registro de Identidade 39.184.702-8, Isadora Barreto Andrade, CPF 355.251.108-30, Registro de Identificação 38.876.284-6, Raissa Varela Afonso Paiva, CPF 436.181.318-6, Registro de Identificação 57.588.657-2 na qualidade de estudantes de Graduação do Curso de Psicologia da Instituição de Ensino Universidade Paulista - UNIP, declaramos que o Trabalho Acadêmico de Pesquisa ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA, EM CRIANÇAS COM TEA: o impacto na participação social em ambientes escolares, requisito necessário à obtenção do grau de Formação de Psicólogo, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade.

Nesse sentido, declaramos, para os devidos fins, que:

- a) A referida pesquisa foi elaborada com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto, PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa;
- b) As citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em minha pesquisa, estão sempre claramente identificadas entre aspas ou em destaque, com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela normatização;
- c) Todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como às longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituem plágio;
- d) Todos os resumos e/ou sumários de ideias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fomos devidamente informados(as) e orientados(as) a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude;
- e) É vedado o emprego de Inteligência Artificial (AI) na produção da pesquisa.

A Professora responsável pela orientação do nosso trabalho de pesquisa apresentou-nos a atual declaração, requerendo o nosso compromisso de não praticarmos quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração da minha pesquisa, razão pela qual declaramos ter lido e entendido todo o seu conteúdo e que o trabalho desenvolvido é fruto do nosso exclusivo trabalho.

Alice Cabral Daniel – RA: N708AC7

Isadora Barreto Andrade – RA: G305AJ5

Raissa Varela Afonso Paiva – RA: G28BFJ9

Ciente, _____

Profª Me. Edna A. Mercado – Orientadora

Ciente, _____

Profª Maria Cristina Pellini – Coordenadora de Curso de Psicologia

ANEXO II – INSTRUMENTO PRISMA DE COLETA DE DADOS



PRISMA 2020 Checklist

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
TITLE			
Title	1	Identify the report as a systematic review.	
ABSTRACT			
Abstract	2	See the PRISMA 2020 for Abstracts checklist.	
INTRODUCTION			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of existing knowledge.	
Objectives	4	Provide an explicit statement of the objective(s) or question(s) the review addresses.	
METHODS			
Eligibility criteria	5	Specify the inclusion and exclusion criteria for the review and how studies were grouped for the syntheses.	
Information sources	6	Specify all databases, registers, websites, organisations, reference lists and other sources searched or consulted to identify studies. Specify the date when each source was last searched or consulted.	
Search strategy	7	Present the full search strategies for all databases, registers and websites, including any filters and limits used.	
Selection process	8	Specify the methods used to decide whether a study met the inclusion criteria of the review, including how many reviewers screened each record and each report retrieved, whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Data collection process	9	Specify the methods used to collect data from reports, including how many reviewers collected data from each report, whether they worked independently, any processes for obtaining or confirming data from study investigators, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Data items	10a	List and define all outcomes for which data were sought. Specify whether all results that were compatible with each outcome domain in each study were sought (e.g. for all measures, time points, analyses), and if not, the methods used to decide which results to collect.	
	10b	List and define all other variables for which data were sought (e.g. participant and intervention characteristics, funding sources). Describe any assumptions made about any missing or unclear information.	
Study risk of bias assessment	11	Specify the methods used to assess risk of bias in the included studies, including details of the tool(s) used, how many reviewers assessed each study and whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Effect measures	12	Specify for each outcome the effect measure(s) (e.g. risk ratio, mean difference) used in the synthesis or presentation of results.	
Synthesis methods	13a	Describe the processes used to decide which studies were eligible for each synthesis (e.g. tabulating the study intervention characteristics and comparing against the planned groups for each synthesis (item #5)).	
	13b	Describe any methods required to prepare the data for presentation or synthesis, such as handling of missing summary statistics, or data conversions.	
	13c	Describe any methods used to tabulate or visually display results of individual studies and syntheses.	
	13d	Describe any methods used to synthesize results and provide a rationale for the choice(s). If meta-analysis was performed, describe the model(s), method(s) to identify the presence and extent of statistical heterogeneity, and software package(s) used.	
	13e	Describe any methods used to explore possible causes of heterogeneity among study results (e.g. subgroup analysis, meta-regression).	
	13f	Describe any sensitivity analyses conducted to assess robustness of the synthesized results.	
Reporting bias assessment	14	Describe any methods used to assess risk of bias due to missing results in a synthesis (arising from reporting biases).	
Certainty assessment	15	Describe any methods used to assess certainty (or confidence) in the body of evidence for an outcome.	



PRISMA 2020 Checklist

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
RESULTS			
Study selection	16a	Describe the results of the search and selection process, from the number of records identified in the search to the number of studies included in the review, ideally using a flow diagram.	
	16b	Cite studies that might appear to meet the inclusion criteria, but which were excluded, and explain why they were excluded.	
Study characteristics	17	Cite each included study and present its characteristics.	
Risk of bias in studies	18	Present assessments of risk of bias for each included study.	
Results of individual studies	19	For all outcomes, present, for each study: (a) summary statistics for each group (where appropriate) and (b) an effect estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval), ideally using structured tables or plots.	
Results of syntheses	20a	For each synthesis, briefly summarise the characteristics and risk of bias among contributing studies.	
	20b	Present results of all statistical syntheses conducted. If meta-analysis was done, present for each the summary estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval) and measures of statistical heterogeneity. If comparing groups, describe the direction of the effect.	
	20c	Present results of all investigations of possible causes of heterogeneity among study results.	
	20d	Present results of all sensitivity analyses conducted to assess the robustness of the synthesized results.	
Reporting biases	21	Present assessments of risk of bias due to missing results (arising from reporting biases) for each synthesis assessed.	
Certainty of evidence	22	Present assessments of certainty (or confidence) in the body of evidence for each outcome assessed.	
DISCUSSION			
Discussion	23a	Provide a general interpretation of the results in the context of other evidence.	
	23b	Discuss any limitations of the evidence included in the review.	
	23c	Discuss any limitations of the review processes used.	
	23d	Discuss implications of the results for practice, policy, and future research.	
OTHER INFORMATION			
Registration and protocol	24a	Provide registration information for the review, including register name and registration number, or state that the review was not registered.	
	24b	Indicate where the review protocol can be accessed, or state that a protocol was not prepared.	
	24c	Describe and explain any amendments to information provided at registration or in the protocol.	
Support	25	Describe sources of financial or non-financial support for the review, and the role of the funders or sponsors in the review.	
Competing interests	26	Declare any competing interests of review authors.	
Availability of data, code and other materials	27	Report which of the following are publicly available and where they can be found: template data collection forms; data extracted from included studies; data used for all analyses; analytic code; any other materials used in the review.	

From: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

For more information, visit: <http://www.prisma-statement.org/>

ANEXO III - RELATÓRIO DE DETECÇÃO DE PLÁGIO

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)

[Como interpretar os índices de semelhança?](#)

Relatório gerado por CopySpider Software

2025-09-09 17:59:52

 CopySpider
<https://copyspider.com.br>

Página 2 de 412

Versão do CopySpider: 3.5

Relatório gerado por: andradeisadora@hotmail.com

Análise no modo: Web/Normal (disponibilidade de 99.17%) em 15:45 s

Idioma da busca: Português

Arquivos	Termos comuns	Semelhança	Agrupamento
TCC - 09.09.25 final.docx	372	Baixa	Alto
X revistaft.com.br/a-importancia-da-analise-do-comportamento-aplicada-no-contexto-escolar-com-alunos-autistas			
TCC - 09.09.25 final.docx	271	Baixa	Moderado
X pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942022000100010			
TCC - 09.09.25 final.docx	263	Baixa	Moderado
X periodicorease.pro.br/rease/article/download/13964/6985			
TCC - 09.09.25 final.docx	225	Baixa	Moderado
X pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862022000300012			
TCC - 09.09.25 final.docx	183	Baixa	Moderado
X www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2021/05/espectro-autismo.pdf			
TCC - 09.09.25 final.docx	134	Baixa	Moderado
X periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9316			
TCC - 09.09.25 final.docx	94	Baixa	Moderado
X ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6436			
TCC - 09.09.25 final.docx	76	Baixa	Moderado
X www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm			
TCC - 09.09.25 final.docx	74	Baixa	Moderado
X www.ea2.unicamp.br/ensino-digital-3/lei-de-protecao-dos-direitos-das-pessoas-no-transtorno-do-espectro-autista			
TCC - 09.09.25 final.docx	58	Baixa	Moderado
X www.feis.unesp.br/Home/Instituicao/administracao/convengacao/lei_12764-2012.pdf			

Relatório gerado por CopySpider Software

2025-09-09 17:59:52

 CopySpider
<https://copyspider.com.br>

Página 3 de 412

=====

Arquivo 1: TCC - 09.09.25 final.docx (10931 termos)

Arquivo 2: revistaft.com.br/a-importancia-da-analise-do-comportamento-aplicada-no-contexto-escolar-com-alunos-autistas (3002 termos)

Termos comuns: 372

Similaridade

Índice antigo (S): 2,74%

Índice novo (Si): 3,40%

Agrupamento (Sg): Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id: d4595543o62b611135

2

UNIP ? UNIVERSIDADE PAULISTA

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Psicologia

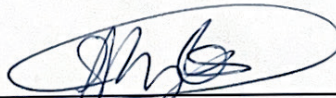
UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Instituto de Ciência Humanas – ICH
Curso de Psicologia – Campus Chácara II

ATA DE DEFESA

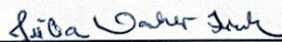
Com base nas disposições do Regulamento do Plano de Estudos Orientados - PEO do Curso de Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, reuniu-se no dia 07 de outubro de 2025, nesta Universidade, no *Campus Chácara II*, Rua da Paz, 797, São Paulo, SP, 5º andar, sala 503, a Banca Examinadora para a arguição da pesquisa intitulada **“Análise do Comportamento Aplicada – ABA, em crianças com TEA: o impacto na participação social em ambientes escolares”**, que foi apresentada publicamente pelas alunas: Alice Cabral Daniel, RA N708AC7; Isadora Barreto Andrade, RA G305AJ5 e Raissa Varela Afonso Paiva, RA G28BFJ9 . A Banca Examinadora foi composta pela Psicóloga Especialista Ana Claudia Vajda, profa. Me Júlia Daher Fink e presidida pela professora orientadora, Profa. Me. Edna Aparecida Mercado.

O trabalho foi considerado Aprovada com a nota 10.0 (dez).

São Paulo, 07 de outubro de 2025.



Psicóloga Esp. Ana Claudia Vajda



Prof.Me. Júlia Daher Fink
Universidade Paulista - UNIP



Profa. Me. Edna Aparecida Mercado - orientadora
Universidade Paulista – UNIP